

O BRASIL NO IMAGINÁRIO FRANCÊS: TENTAÇÕES IDEOLÓGICAS E RECORRÊNCIAS MÍTICAS (1880-1980)

PIERRE RIVAS

Université Paris X, Nanterre

Resumo

Considerando as condições históricas, os pressupostos ideológicos e as expectativas simbólicas que definem a base epistemológica sobre a qual o país receptor projeta seus problemas ou fantasmas, o autor expõe sobre a imagem do Brasil na França, em dois momentos: de 1880 a 1920 e de 1920 a 1980.

Abstract

Considering the historical conditions, ideological presuppositions, and symbolic expectations that define the epistemological base upon which the receiving country projects its problems or its ghosts, the author expounds on the image of Brazil in France in two moments, from 1880 to 1920 and from 1920 to 1980.

Publicado originalmente como "Le Brésil dans l'imaginaire Français: tentations idéologiques et recurrences mythiques", *Travessia*, Florianópolis, n.16, 17, 18, p.11-16, 1988-1989. Tradução de Maria Letícia Guedes Alcoforado. Incluído no livro *Diálogos interculturais*, São Paulo, Hucitec, 2005.

Palavras-chave

Imagologia;
identidade,
alteridade.

Keywords

Imagology;
identity;
alterity.

A imagem de uma heterocultura no espelho nacional, neste caso, a do Brasil na França, é, apesar das aparências, um capítulo da história do país receptor, não o tipo representativo do país recebido. Essa imagem depende de condições históricas, de pressupostos ideológicos, de expectativas simbólicas que definem a base epistemológica sobre a qual o país receptor projeta seus problemas ou seus fantasmas. Como escreve Maxime Rodinson na *Fascination de l'Islam*:

as percepções do outro levam em conta este, menos pelo que ele é, do que pelo que ele parece representar como ameaça, como esperança, em conexão com as paixões e os interesses, para reforçar ou ilustrar uma corrente interna. Ninguém odeia nem ama gratuitamente um povo, um universo cultural exterior.

A imagem do Brasil na França é, pois, um capítulo da ideologia e do imaginário francês, que revela indiretamente nossos problemas ou nossos sonhos de franceses. Essa imagem corresponde a um "horizonte de expectativa" histórica ou simbólica. Os julgamentos que os autóctones fazem sobre estrangeiros provavelmente deveriam ser considerados, de preferência, como uma contribuição ao estudo de suas características nacionais próprias", diz Roman Jakobson em *Russie Folie Poésie*. "A função de indeterminação" da obra literária, da qual fala Jaus, essa lacuna que uma nova leitura vem preencher, vale igualmente para a imagologia, que tem também sua função "de chamariz" (Baldensperger), suas "estruturas de apelo" (Iser) que explicam as peripécias e as solicitações da imagem recebida, suas reorientações.

De 1880 até nossos dias, a presença do Brasil na França poderia periodizar-se em dois momentos. Um eixo ideológico, até 1920, que reduz a presença brasileira ao Mesmo, sendo o Brasil uma imagem longínqua mas idêntica da França. Essa ideologia trabalha o tema da latinidade em que a França é a irmã mais velha das repúblicas latino-americanas. Esse momento corresponde a uma estratégia francesa em uma ocasião de crise nacional, de isolamento diplomático, de busca de uma nova forma de hegemonia cultural após a derrota de 1870, a Comuna, a

chegada da III República, das rivalidades coloniais na época dos imperialismos europeus e da partilha do mundo. Essa redução ao Mesmo reduz, pois, o Brasil e sua literatura a uma espécie de França degradada ou menor. Ela dá lugar a um certo número de discursos convencionais ou de circunstância sobre a fraternidade latina e a França como gênio tutelar desse continente (que permite mascarar o isolamento diplomático europeu e ocultar os problemas internos franceses por meio de uma aparente e igualmente real irradiação cultural internacional, compensando a derrota diante da Alemanha).

Mas essa ideologia redutora não permite uma abertura à alteridade brasileira, nem em sua dimensão universalista (Machado de Assis aparece como um Anatole France dos trópicos), nem em sua especificidade brasileira (a vanguarda literária é vista como simples reprodução dos modelos parisienses). Um espírito tão lúcido quanto Blaise Cendrars mostra-se perfeitamente cego à força da corrente modernista tanto quanto Anatole France tinha sido a Machado de Assis, ou Clemenceau ou Paul Adam a uma nação mestiça em emergência.

Essa visão apolínea de um Brasil como outra França vai tornar-se, nos anos 1930, a de um Brasil Outro, como o Outro da França, vista em seu pólo, não redutor ao Mesmo, mas no pólo da Alteridade absoluta; não mais o *duplo* da França, mas sua contrafigura. Passa-se assim da redução ideológica ao Mesmo (o Brasil como reprodução da França), à elaboração mítica de um Brasil como complemento da França, como contrapartida da incompletude francesa. A passagem do eixo Ideológico (o Mesmo) ao eixo Mítico (o Outro), da Identidade à Alteridade, explica-se por razões internas francesas e por uma mutação da base epistemológica ocidental. A França, ao sair da guerra, é confrontada essencialmente a problemas europeus e internos; a ideologia imperial da latinidade encontrou sua continuidade no Império colonial; é a hora dos nacionalismos mais populistas do que elitistas e cosmopolitas (o que foi essa ideologia latina, sobretudo das elites crioulas cosmopolitas da América Latina, elas mesmas doravante confrontadas com a emergência dos sentimentos de indo-americanidade ou das Américas negras). A base epistemológica trabalha daí em diante não mais os valores "universalistas" (na realidade, etnocentristas, do Mesmo), mas vê a emergência de uma "destruição da razão ocidental" através da crítica marxista, psicanalítica, a do surrealismo como da etnologia.

Tudo concorre para privilegiar a Alteridade do Ocidente; o primitivismo aparece como o eixo estético-teórico da modernidade, da Arte negra à arte primitiva. Essa elaboração europeia encontra e autoriza ao mesmo tempo o próprio trabalho latino-americano em seu enraizamento telúrico e mágico, a redescoberta de suas dimensões indianistas ou negristas, sincréticas e mestiças. A hegemonia orgulhosa de uma latinidade como modelo da Razão europeia vacila sob os golpes internos e externos, destruições, crise e niilismo europeus; emergência de um paradigma cultural outro. Essa mutação – essa "Revolução" – epistemológica provoca uma mudança qualitativa na alteridade brasileira, reduzida até aqui ao exotismo (no Jules Verne da *Jangada*, por exemplo). Esse exotismo tradicional vai experimentar uma mutação decisiva sob o efeito dessas transformações histórico-estéticas. Enquanto o exotismo é apenas uma variedade da literatura regionalista que se difunde na

França e na Europa na metade do século XIX, com a expansão colonial, ele vai curvar-se doravante em torno de dois eixos fundadores da modernidade: a regressão mítica e primitivista e o desterro utópico e "mundonovista". Os dois eixos são na realidade constitutivos da própria emergência do Novo Mundo na consciência europeia desde as Descobertas: ideologia do bom selvagem e irrupção da *Utopia* (o livro de Thomas Morus, contemporâneo da descoberta da América).

Em todos os casos, o pitoresco externo do exotismo se transforma, daí em diante, em função mitopoética, e o Brasil deixa de ser o lugar de um discurso descentrado (uma pretensa latinidade, elaborada de fato na França) para tornar-se matéria literária e elaboração estética em que a França, exangue e fechada em seu provincianismo, vai projetar suas nostalgias, seus sonhos, suas buscas. A França camponesa de Giraudoux e a França cosmopolita do Morand de *Rien que la terre*, a do mundo finito e a do infinito do Mundo; a França "do Mundo inteiro" de Cendrars e a do Mundo das letras de Larbaud, todos projetam aí sua nostalgia de uma ino-cência mítica (*Boire à la source*, de Supervielle), de um telurismo fundador (*Ecuador*, de Michaux), de uma exuberância barroca (de Claudel a Géo-Charles), de uma regressão em direção ao Mito primitivista, contrafigura de um universo cultural confinado e parisiense em Cendrars em que o Mito brasileiro se faz mitografia pessoal; ou ponto ômega no qual a humanidade se reconcilia com seu desejo, em Benjamin Péret, na confluência da Magia, da Revolta (o quilombo de Palmares) e da Poesia. Ou no desterro "futurista", no sentido limitativo e "marinettiano", em Luc Durtain e Cendrars; raros textos, mas de rara qualidade, exaltando "Saint Paul Halluciné"; não mais reduzida à futurologia modernista, mas cidade arquetípica de um futuro messiânico, para o autor da "Tour Eiffel sidérale", de um país-conti-nente substituindo a civilização ocidental, com conotações messiânicas próprias da visão whitmaniana de um Novo Mundo e de um Novo Adão portadores da utopia futura, pois enraizados no telurismo primitivo (a "voz do sangue" reencontrada na inventividade nordestina como contrapartida à febrilidade paulista).

Terra em que Futuro messiânico e Passado mítico dão-se as mãos, reconciliando o homem dividido do Ocidente europeu. Ou, portanto, inseparavelmente, na volta às origens primitivistas no eixo incandescente Nordeste-Amazônia e o par mágico negro-índio. É essencialmente essa geografia restrita, mutilante no conjunto brasileiro, mas altamente mágica, fortemente mitopoética, que ao mesmo tempo limita e fundamenta a visão literária do Brasil francês. Visão redutora (que ignora todo o Sul do país-continente), mas profundamente polarizadora de virtudes poéticas. Terra generosa e genésica, em suas margens e suas marcas, culturais, culturais e civilizacionais que é o Nordeste, suas margens religiosas e étnicas (índios e negros confundidos no sincretismo de cultos místicos) ou em seu centro mítico, esse *Omphalos* ou *Ombilic* do Mundo, o *Axis Mundi* que é a Amazônia (e Manaus), Inferno e Paraíso verde, e importante lugar da busca iniciática, em inumeráveis obras; algumas, convencionais, outras de grande valor, que analisaremos em um outro trabalho.

O que limita uma visão do mundo é também o que a fundamenta. A força catalisadora dessa geografia mítica, mágica, primitivista explica os elementos de

transmissão da literatura brasileira na França, muito freqüentemente reduzida à alteridade nordestina em detrimento do romance urbano, cosmopolita ou formalista: elementos exóticos e políticos a que não se poderia reduzir sem injustiça a obra de um Jorge Amado, por exemplo, o único grande nome recebido na França (nem reduzir à literatura “feminista” – traição mais do que limitação – o interesse dos meios cultos por Clarice Lispector). Entra aí um outro elemento constitutivo da visão francesa do *ethos* brasileiro: um vitalismo existencial à imagem desse contidamente telúrico, em oposição aos jardins à francesa e à mesquinhez burguesa, de um país e de um povo ainda feudal, visão heróica e *refratária* que devia seduzir Bernanos, profeta fulminante contra a renúncia da França. Mito de um Brasil como força genésica poderosa onde exotismo, erotismo e fervor revolucionário se confundem, de Péret a Abellio passando por Conrad Detrez. Terra dionisiaca, em oposição aos classicismos e aos formalismos franceses. O ano de 1987 viu, curiosamente, aparecer na França uma série de obras tendo a matéria brasileira por tema, que analisaremos em outra parte; algumas, convencionais; outras, de excepcional qualidade no filão do romance iniciático (não mais o Brasil como país do futuro, à Stefan Zweig, mas como “terra do desejo”, segundo a expressão de Hegel).

Mediante mutações e permanência, do Brasil “sulista” de Jean d’Ormesson ao Brasil histórico e nostálgico de Fourcassié, da São Paulo da violência de Gaillard ao Recife das luzes de Baroque, uma constância se destaca, por meio da permanência nordestina e amazônica e até na fecundação seminal da antropofagia de Oswald de Andrade herói de Daniel Odier: o Brasil como *écran* francês. Ler-se-á esse termo em suas múltiplas acepções contraditórias. Lugar onde a França projeta seus problemas e seus fantasmas; tela branca onde a sociedade francesa “se torna cinema”; e, inseparavelmente, conceito-*écran*, cortina interposta que esconde, dissimula e protege o brilho demasiado vivo das incertezas e das interrogações de uma França na encruzilhada dos caminhos. O Brasil é a contrafigura de uma ordem, social ou estética, que rejeitamos ou o sonho de uma incompletude a preencher. Sismógrafo das vacilações identitárias francesas, ele representou primeiramente, na época da República militante, positivista, e confiante, a reprodução do Mesmo latino em uma visão universalizante da Razão das Luzes e da Revolução.

Ao sair da Grande Guerra, na falência geral da Razão européia, o Brasil aparece, como em cada época de crise (e já em Montaigne, que foi o primeiro a questionar o etnocentrismo europeu, depois, no momento da “crise da consciência européia” no século XVIII), como exemplar dos dois pólos constitutivos do imaginário francês, entre o Mito primitivista e regressivo e a utopia milenarista. Em um constante diálogo, que é, segundo Thibaudet, a própria essência da literatura francesa: fervor contra rigor; paixão contra razão; ordem e aventura, essa “longa querela” da qual fala Apollinaire no âmagô do desencanto do mundo moderno, mas que atravessa e escande nossa literatura entre enraizamento e desterro, entre Montaigne e Pascal, Voltaire e Rousseau, Gide e Barrès, Sartre e Camus. Ao acaso das peripécias históricas e das expectativas simbólicas, da hegemonia racionalista ou da experiência da finitude, entre Figura e Contrafigura, Ideologia tecnicista e Regressão Mítica, entre o Jardim de Candide e a Ilha de Rousseau, a Ilha de Santa Cruz é o

sonho, a busca e o sono de uma Razão formalista, intelectualista, em incompletude de um vitalismo barroco, de um telurismo dionisiaco, de um espaço aberto ao infinito e o indefinido contra um hexágono demasiado harmonioso. É essa busca de uma insularidade primitiva e primordial que explica a constância da veia amazônica e nordestina, alteridade absoluta em que se revela indiretamente o sonho insular que foi a *Utopia*, essa figura que nasce juntamente com a Modernidade e a Descoberta da América, com o desencanto do Mundo e a nostalgia de uma França equinocial ou antártica.